



**TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: D08DE-849A1-04424



## **Decisão SEGEX 00430/2021-6**

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processo:** 04404/2019-4

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPC - Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de Cariacica

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** LINJA BRASIL DO CARMO

**Responsável:** CRISTINA ZARDO CALVI

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o Coordenador do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso II, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c arts. 47, inciso IV, art. 47-A, §10, VI, e §1º, e 358, III, ambos da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, caput, e parágrafo único, da IN 31/2014, **expedir comunicação de diligência** à sra. **Cristina Zardo Calvi, gestora responsável pelo Instituto de Previdência Dos Servidores Públicos do Município de Cariacica - IPC**, para que, no **prazo de 30 (trinta) dias**, encaminhe a esta Corte os esclarecimentos e documentos que julgar necessários, ou realize as retificações cabíveis quanto ao fato descrito no **item 5 e 7 da Instrução Técnica Preliminar – ITP 672/2021-5**.

Determino o encaminhamento de cópias desta **Decisão** e da **Instrução Técnica Preliminar**, juntamente com o **Termo de Comunicação de Diligência**.

**Fica o responsável advertido de que:**

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica deste Tribunal), art. artigo 389, IX do Regimento Interno do Tribunal de Contas c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica deste Tribunal;
- c) A resposta deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 21 de outubro de 2021.

**Fabiola de Noronha Gabriel Cruz Rios**  
**Coordenadora do NRP (em exercício)**

(Por Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)